

**A. I. N.º** - 206902.0015/04-4  
**AUTUADO** - ANTONIO O. DOS SANTOS FRIOS E CEREAIS  
**AUTUANTE** - JOSÉ NELSON DOS SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ PAULO AFONSO  
**INTERNET** - 10. 02. 2005

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0017-04/05**

**EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO E RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.** Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas pela legislação deste Estado no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo, entre as Unidades da Federação envolvidas na operação, o pagamento do ICMS devido pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subsequentes com as referidas mercadorias, será efetuado por antecipação. **Infração procedente. 2. ALÍQUOTA. FALTA DE RECOLHIMENTO E RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO ADICIONAL PARA FUNDO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA (2%).** Infração caracterizada. Negado pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 24/09/04, exige ICMS no valor de R\$ 63.757,86, acrescido da multa de 60%, imputando ao autuado as seguintes irregularidades:

- 1 – “Efetuou recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88” – R\$ 4.109,20;
- 2 – “Recolheu a menos o ICMS Adicional Fundo de Erradicação da Pobreza, ref. às aquisições de bebidas quentes da Cia. Muller de Bebidas Nordeste (PE), no mês de jan/2003, visto que recolheu apenas ref. à NF 32565, não recolhendo sobre a NF 32189” – R\$ 151,58;
- 3 – “Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88” – R\$ 58.129,30;
- 4 – “Não recolheu o ICMS Adicional Fundo Estadual de Erradicação da Pobreza, à alíquota de 2%, referente às aquisições feitas de fev/03 até dez/03, de bebidas quentes (Conhaque Domus e Aguardente de cana Pirassununga 510, pelas NFs que foram enviadas à INFAZ P. AFONSO, conforme Demonstrativos ns. 01 e 02 juntados ao processo administrativo fiscal” – R\$ 1.367,78.

O autuado apresenta impugnação às fls. 45 a 46, dizendo que é optante do regime simplificado de apuração (SIMBAHIA), e que a repartição fazendária o orientou a não recolher o imposto por antecipação tributária, em razão de não lhe ser obrigado. Afirma que o autuante se equivocou em seu levantamento e cometeu diversos erros de digitação e omissão de documentos. Alega que o

preposto fiscal não apresenta documentos comprobatórios das infrações, “que não houve má fé em sua escrituração fiscal e contábil”, e que é desconhecedor do regulamento do ICMS. Ao final, pede revisão fiscal e o julgamento pela improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fls. 52/53), expõe que o contribuinte acha-se inscrito na condição de normal, desde o início de suas atividades em 15/10/99, até mesmo por explorar o ramo de comércio atacadista, fato impeditivo da opção pelo regime simplificado (SIMBAHIA). Diz que nenhum funcionário da Inspetoria de Paulo Afonso orientaria qualquer contribuinte (normal ou optante do SIMBAHIA), a deixar de recolher o ICMS devido por antecipação tributária nas compras interestaduais de mercadorias relacionadas no Anexo 88 do RICMS/97. Afirma que o imposto devido por antecipação, bem como o devido a título de fundo estadual de erradicação da pobreza, foram corretamente apurados, conforme demonstrativos às fls. 8 a 11. Ao final, anexa aos autos informação dos dados cadastrais do contribuinte, bem como relação de DAE's relativos ao exercício de 2003, visando confirmar a correção da autuação.

O autuado tomou conhecimento (fl. 59) da informação fiscal, bem como dos documentos que nela foram juntados pelo autuante, porém não se manifestou a respeito.

## VOTO

O presente Auto de Infração refere-se à falta de recolhimento e recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e relacionadas no Anexo 88, do RICMS/97; além da falta de recolhimento e o recolhimento a menos do ICMS Adicional Fundo de Erradicação da Pobreza, relativo às aquisições de bebidas quentes da Cia. Muller de Bebidas Nordeste (PE).

Inicialmente nego o pedido de diligência solicitado pelo autuado, haja vista que se encontram nos autos, todos os elementos necessários à formação de minha convicção como julgador, a teor do que dispõe o art. 147, I, do RPAF/99.

O autuado em sua defesa limita-se a alegar que é optante do regime simplificado de apuração (SIMBAHIA), e que a repartição fazendária o teria orientado a não recolher o imposto por antecipação tributária, em razão de não lhe ser obrigatório. Afirmou também, que o autuante se equivocou em seu levantamento e cometeu diversos erros de digitação e omissão de documentos.

No entanto, o contribuinte acha-se inscrito na condição de normal, desde o início de suas atividades em 15/10/99, conforme documentos à fl. 54. Ademais, mesmo que fosse optante do regime simplificado de apuração do imposto (SIMBAHIA), estaria obrigado a recolher o ICMS devido por antecipação tributária nas compras interestaduais de mercadorias relacionadas no Anexo 88 do RICMS/97, uma vez que não há convênio ou protocolo, entre as Unidades da Federação envolvidas na operação, relativo às mercadorias em questão.

Quanto à afirmação de que o autuante teria cometido diversos equívocos em seu levantamento, mais uma vez razão não assiste ao autuado, já que o mesmo não acostou aos autos qualquer documento ou demonstrativo que comprovasse sua afirmação. Pelo que dispõe o 143, do RPAF/99, a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

O autuante, por sua vez, apurou corretamente o imposto devido por antecipação, bem como o devido a título de fundo estadual de erradicação da pobreza, de acordo com os demonstrativos às fls. 8 a 11.

Vale ainda ressaltar, que o autuado tomou conhecimento (fl. 59) da informação fiscal onde foram anexados os dados cadastrais do contribuinte, bem como relação de DAE's relativos ao exercício de 2003, porém não se manifestou, o que implica na aceitação tácita da correção do procedimento fiscal.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206902.0015/04-4**, lavrado contra **ANTONIO O. DOS SANTOS FRIOS E CEREAIS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 63.757,86**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, "d", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 01 de fevereiro de 2005.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA